



O parque público e a cidade: entre a desigualdade socioespacial e a mercantilização

Hanna Alves Vasconcelos

UNESP

hannarv@gmail.com

Eda Maria Góes

UNESP

emg071963@gmail.com



O PARQUE PÚBLICO E A CIDADE: ENTRE A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E A MERCANTILIZAÇÃO

H. A. Vasconcelos, E. M. Góes

RESUMO

Buscando contribuir para o debate atual sobre espaços públicos, foi realizado o estudo do Parque Ecológico de Rio Verde, primeiro do município de Rio Verde – Goiás, que teve como objetivo compreender as relações entre a cidade e esse espaço. Localizado entre dois bairros com diferentes padrões socioeconômicos, esse parque estabeleceu relações diretas com aquele que possui padrão mais elevado e procurou dificultar o acesso dos moradores do bairro popular. Portanto, a pesquisa demonstrou como ele expressa e reproduz as desigualdades sociais presentes em Rio Verde. Além do parque, foram analisadas as mudanças ocorridas no entorno, a partir da sua implantação, concluindo-se que o estudo de um parque público pode ser fundamental para a compreensão dos processos de produção do espaço urbano, como a segregação e a fragmentação socioespacial, e, assim, da cidade brasileira contemporânea. As estratégias atuais, empregadas para atrair capital mercantil e suas consequências, foram alguns dos aspectos evidenciados.

1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, o espaço público é um tema amplamente discutido, mas não existe uma definição única do que seria este espaço, justamente porque muitos autores reconhecem sua complexidade. Na teoria, ou no plano “ideal”, o espaço público se caracteriza por ser um espaço aberto, de uso comum, disponível para toda população, independente de diferenças sociais, culturais, econômicas e políticas, entretanto, segundo Serpa (2007), não existe nenhum espaço que se caracterize como verdadeiramente público, já que os processos de produção do espaço urbano, intimamente relacionados às desigualdades socioeconômicas presentes nas cidades brasileiras, se sobrepõem e confrontam tal ideal, revelando assim as contradições entre o ideal (HABERMAS *apud* DELGADO, 2011, p. 19-20) e o real.

É visível que na maioria dos projetos urbanos atuais se visa construir a imagem de uma cidade homogênea, cujo principal objetivo é atrair capital mercantil, e que assim reproduz relações sociais que dão continuidade aos processos vigentes (DIMENSTEIN, 2014). Ou

seja, criamos cidades cuja configurações estão intrinsecamente ligadas à especulação imobiliária, marcadas pela segregação e fragmentação socioespacial, em que espaços que deveriam ser públicos, passam por processos de privatização e mercantilização.

No caso dos parques urbanos, objeto de estudo dessa pesquisa, é possível constatar que houve uma valorização destes espaços a partir da segunda metade do século XX, que se iniciou em metrópoles e capitais, com experiências bem-sucedidas de revitalização de áreas degradadas, mediante a implantação de parques, e posteriormente se estendeu para as cidades médias.

Além disso, passou a existir uma maior preocupação com a vida saudável e a presença de espaços verdes (ou falta deles) nos meios urbanos. Com esta nova demanda, as políticas públicas passaram a se readaptar, requalificando áreas consideradas degradadas ou inadequadas para o mercado imobiliário, como áreas de fundo de vale, ou próximas a cursos d'água e APPS (Áreas de Proteção Permanente), transformando-as em parques públicos.

A requalificação destas áreas favoreceu, portanto, uma valorização imobiliária nos seus entornos, como foi possível verificar em obras de grandes parques ao redor do mundo, como o Parque de Bercy, em Paris (SERPA, 2007), e no caso do Parque Ecológico de Rio Verde.

Assim, com o estudo desse parque, o primeiro implantado na cidade média de Rio Verde, localizada no interior do estado de Goiás, foi possível avaliar como ocorreu sua implantação, como é frequentado e quem são seus frequentadores, como é o seu entorno, e que impacto teve para os moradores, tanto dos bairros próximos, como para toda a população da cidade, se é um espaço adequado e de boa qualidade.

Para avaliar a adequação como espaço público foram usados os requisitos propostos por Brandão (2011, p.36), sendo eles: 1. vitalidade, que se entende como as características necessárias para realizar as atividades ali planejadas (como pistas de caminhada, bancos, equipamentos de ginástica, etc.) e que devem atender ao “gosto” dos usuários; 2. sentido, quando se estabelece algum vínculo entre os usuários e o espaço; 3. adequação, que corresponde aos padrões preferíveis pelos usuários; 4. acessibilidade, que se relaciona à mobilidade que possibilita chegar até ele; 5. controle, quando há uma gestão do local pelos que lá trabalham e pela vizinhança; 6. eficiência, medida pelo custo de se manter a viabilidade do espaço em um nível satisfatório; 7. justiça, quando os benefícios do espaço são socialmente distribuídos, de modo que todas as classes sociais possam desfrutar igualmente. Mas adaptações precisaram ser feitas, sobretudo, porque Brandão não leva em conta a influência das desigualdades socioespaciais, tão importantes nas cidades brasileiras.

Além disso, incorporamos as observações de Jane Jacobs (1961) do que seriam parques e praças consideradas exemplos de espaços públicos. A autora considera quatro elementos para estes espaços serem considerados bem-sucedidos: complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial. Adicionalmente, os requisitos propostos pelo PPS, ou “Project for Public Space”, uma associação internacional sobre espaço público (Brandão. 2011, p. 37), que identifica as condições do espaço relacionadas a indicadores como acesso, conforto, atividade e sociabilidade, também foram levados em conta.

Entre os demais procedimentos metodológicos empregados, se destacam visitas ao Parque Ecológico de Rio Verde em diferentes dias e horários, registro fotográfico de seus equipamentos e perímetro externo, observação e registro das práticas espaciais ali realizadas, observação das atividades comerciais realizadas dentro do parque e no seu entorno, aplicação

de questionários aos frequentadores, a fim de determinar local de residência, perfil socioeconômico e motivo para frequentá-lo, realização de entrevistas com frequentadores e moradores do entorno, detalhando tal motivação e buscando apreender também o significado por ele adquirido, e consequências da implantação deste espaço. Também foram realizadas observações e visitas aos bairros do entorno, que possibilitaram a caracterização da sua infraestrutura, atuação do mercado imobiliário e padrão socioeconômico predominante.

Levando em consideração que, por um lado, segundo Jane Jacobs (1961), os parques públicos possuem o objetivo de atrair o maior número de pessoas, com horários, interesses e propósitos diferenciados, e que são as pessoas as responsáveis por dar usos a tais espaços e transforma-los em locais “vivos” e atraentes, e, por outro lado, vivemos em cidades marcadas pelas desigualdades sociais, nos cabe questionar como esses dois aspectos se combinam em Rio Verde, a cidade pesquisada.

2. A CIDADE DE RIO VERDE E SEU PARQUE ECOLÓGICO

O município de Rio Verde localiza-se na microrregião sudoeste do estado de Goiás, no centro-oeste do Brasil (Figura 1), e possui uma população estimada de 229.651 habitantes (IBGE, 2010), sendo a quarta cidade mais populosa do estado de Goiás. O município foi fundado em 1848, quando a ocupação do interior do país era quase inexistente, e atualmente apresenta um elevado ritmo de crescimento, que se iniciou a partir da década de 1990, com o agronegócio de exportação (MACEDO, 2013).

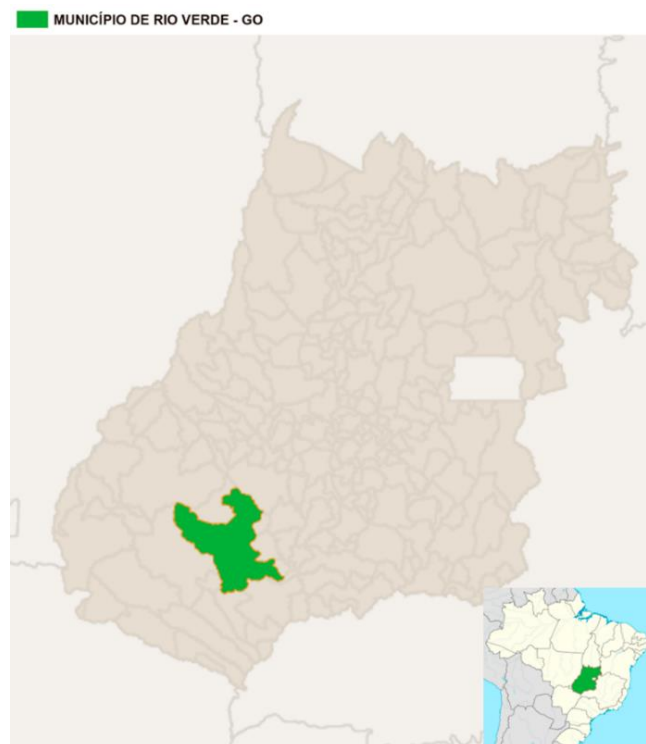


Fig. 1 Localização do município de Rio Verde (Goiás)

O novo padrão de crescimento, com elevado dinamismo econômico e demográfico, resultou em um município com forte segregação socioespacial. A infraestrutura da cidade não conseguiu comportar seu rápido crescimento populacional, de modo que novos bairros com fortes disparidades foram criados, aumentando rapidamente a quantidade de condomínios

fechados de médio e alto padrão, por exemplo, ao mesmo tempo que áreas distantes do centro, sem infraestrutura adequada, foram escolhidas para implantação de programas de habitação social. Ou seja, determinadas áreas da cidade foram sendo priorizadas no recebimento de investimentos urbanos em detrimento de outras.

No ano de 2011, foi inaugurado o primeiro espaço público de lazer de grande porte do município, o Parque Ecológico de Rio Verde (Figura 2), que surgiu como um projeto de revitalização de uma área de fundo de vale, onde ocorre o encontro de dois córregos. Considerada por muito tempo uma área “esquecida” pelas iniciativas públicas, sua proximidade com o centro da cidade, e mais recentemente, com bairros de elevado padrão socioeconômico, despertou um interesse das políticas públicas para que a área ganhasse infraestrutura.



Fig. 2 Parque Ecológico de Rio Verde

Paralelamente ao início das obras de implantação do parque, os bairros do entorno começaram a passar por um processo de valorização, tendo sido divulgada na mídia, por exemplo, a construção de edifícios residenciais de alto padrão em frente ao mesmo, além de moradores do entorno terem mencionado sua percepção no mesmo sentido. Além disso, a representação positiva do parque, como uma referência em lazer e qualidade de vida, também tem sido veiculada pela mídia local, contribuindo para a valorização imobiliária do entorno.

É possível verificar que o parque se localiza entre bairros de diferentes padrões socioeconômicos (como demonstrado esquematicamente na Figura 3), de modo que a “frente” do parque se volta para as residências de classe média e alta, que se tornaram ainda mais valorizados, após a divulgação de sua inauguração. Já ao “fundo” do parque, onde se localiza uma APP¹, bairros populares fazem divisa com ele, de modo que, apesar proximidade física, o acesso dos seus moradores é prejudicado, inclusive pela falta de infraestrutura.

Corroborando essa caracterização do entorno, feita a partir de observações de campo e de levantamento de informações sobre a urbanização de Rio Verde, a caracterização dos frequentadores do parque e de suas práticas, evidencia que alguns foram favorecidos pela sua implantação, enquanto que outros não foram, mesmo quando se trata de avaliar apenas

¹ Área de Proteção Permanente.

o impacto no seu entorno. Nesse sentido, Serpa (2007) chegou a denunciar como os grandes projetos públicos atuais vem sendo pensados somente para a classe média, como um modo de multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos arredores.

A partir das enquetes aplicadas e entrevistas com frequentadores, foi perceptível que a grande maioria é de classe média, possuem boas condições socioeconômicas e utilizam o carro como principal meio de transporte, sendo este também o principal meio utilizado para chegar ao parque, o que é visível no seu projeto, que conta com 59 vagas de estacionamento. Se levamos em conta as considerações de Serpa (2007, p. 27), segundo as quais, as classes médias também impõem normas de comportamento, escritas ou tácitas, predominantes em espaços públicos, como o Parque Ecológico de Rio Verde, chegaríamos a um conjunto de fatores que ajudam a explicar porque poucos se apropriam desse espaço, a despeito da sua localização próxima de bairros populares.



Fig. 3 Delimitação do perímetro do Parque, demarcação da APP e dos bairros de classe de média (e alta) e de classe baixa, no seu entorno

3. O PARQUE ABERTO E AS BARREIRAS INVISÍVEIS

A partir dos diversos procedimentos metodológicos, especialmente daqueles que possibilitaram o contato com frequentadores do parque, foi possível analisar o uso que as pessoas fazem do espaço público, como os cidadãos se apropriam e vivenciam aquele espaço. Logo, no que se refere aos indicadores utilizados para avaliar a qualidade do parque público, foi elaborada uma tabela qualitativa, que enumera os requisitos cumpridos e não cumpridos, segundo os diferentes autores (Tabela 1). Conclui-se que o Parque apresentou um desempenho médio qualitativamente, cumprindo metade dos requisitos, e que pode ser considerado como um bom espaço público, levando em conta as desigualdades socioeconômicas e limitações de uma cidade média do interior do Brasil.

Tabela 1: Requisitos qualitativos do Parque Ecológico de Rio Verde

AUTORES	REQUISITOS	CUMPRE	NÃO CUMPRE
PPS	CONFORTO	X	
	ACESSO		X
	ATIVIDADE	X	
	SOCIABILIDADE		X
BRANDÃO	VITALIDADE	X	
	ADEQUAÇÃO		X
	ACESSIBILIDADE		X
	CONTROLE E GESTÃO		X
	EFICÁCIA CONSTRUTIVA	X	
	JUSTIÇA		X
JANE JACOBS	COMPLEXIDADE	X	
	CENTRALIDADE	X	
	INSOLAÇÃO		X
	DELIMITAÇÃO ESPACIAL	X	

A partir dos questionários aplicados com os frequentadores do Parque Ecológico de Rio Verde foi possível delimitar seus bairros de origem, sendo perceptível como estes frequentadores vem de áreas diferentes da cidade, por vezes, distantes, o que se explica por ser o único parque público do município.

Também foi comprovado, por meio dos questionários, que a grande maioria dos frequentadores são de classe média, e que seu principal meio de deslocamento até o parque é o automóvel, sendo que o transporte público não chegou a ser mencionado por nenhum deles. É perceptível, como principalmente em cidades médias, como Rio Verde, os deslocamentos a pé começaram a perder a importância, o que se combina com a prioridade dada pelo planejamento urbano, cada vez maior, à locomoção por meio de carros e, assim, intensificando o processo de segregação socioespacial.

Portanto, é pertinente considerarmos a influência dos meios de locomoção quando se trata de quem usufrui este espaço, sendo necessário averiguar o acesso de diferentes frequentadores, tendo em vista o direito de usufruir do espaço público. Além disso, com a mercantilização dos espaços (Serpa, 2007), o parque público nasce como um cenário, um tipo de propaganda administrativa local, e adquire conteúdo e significado, na medida em que é frequentado.

Para Serpa (2007), os espaços públicos estão cada vez mais uniformes, se assemelhando a *shoppings centers*, em que o consumo passa a ser cada vez mais valorizado como atividade de lazer. O Parque Ecológico de Rio Verde não se exclui desse processo, barraquinhas de lanches, lojas de *fast food*, entre outros serviços, surgem progressivamente no parque e no

seu entorno, de modo que o consumo se torna um dos principais atrativos para os frequentadores.

Além disso, com a valorização dos bairros de classe média alta adjacentes, surgiram novos condomínios, novas avenidas, aumentando cada vez mais o número de edificações de alto padrão, principalmente as comerciais. Esta valorização contribuiu para que estes bairros pareçam distantes e inacessíveis para um público de perfil popular, que se localiza nas periferias.

Evidencia-se assim, a presença do processo de fragmentação socioespacial, um agravante da segregação socioespacial, de modo que essa área passa a se caracterizar como uma nova centralidade em Rio Verde, porém com públicos e características específicas, destinados aos moradores do entorno, de alto poder econômico. Logo, constitui-se como área privilegiada, onde o diferente é visto com medo e receio, com o respaldo da justificativa de insegurança, o que é reproduzido pela presença crescente de condomínios fechados, além de guardas e diversos aparatos de segurança nos seus comércios e residências.

A sensação de segurança também foi citada pelos frequentadores do parque como uma questão prioritária. Para os entrevistados, é evidente que o espaço deve transmitir esta sensação, de modo que muitos identificaram características do espaço que contribuem com ela, além de apontar quais áreas do parque que são ou não mais seguras.

Segundo Jane Jacobs (1961), é a presença de pessoas no espaço público o fator primordial para garantir tal sensação. Entretanto, muitos frequentadores consideraram questões relacionadas a manutenção, como áreas de pouca iluminação durante a noite, áreas de arborização densa, e áreas com equipamentos estragados, como fatores que aumentam a sensação de insegurança. Além disso, muitos falaram da presença de usuários de drogas no espaço como um desses fatores, relacionando-os a áreas específicas do parque, como as próximas a APP² e as quadras de esporte.

Nesse sentido, com base nas observações de campo, é importante ressaltar que a área das quadras de esporte é majoritariamente frequentada por jovens, além de estar mais próxima da área de proteção permanente, e conseqüentemente dos bairros de classe popular, e recebe uma menor manutenção em relação as demais áreas do parque, de modo que a maioria das quadras se encontram em péssimo estado de conservação³

Quando se pensa na afirmação de Jacobs (1961) de que a presença de pessoas no espaço público é a responsável por garantir a sensação de segurança, é fundamental levar em conta as desigualdades sociais presentes nas cidades brasileiras, e questionar quem seriam essas pessoas, considerando a hipótese de Serpa (2007) de que a classe média e alta exerce uma espécie de dominação sobre estes espaços. Ou seja, verifica-se uma disputa pelo espaço público, em que a classe média e alta tenta excluir a presença da classe baixa, definindo quais áreas do parque são aceitáveis de se frequentar e por quem.

Levando em consideração um contexto de duas realidades socioespacialmente diferentes em lados opostos do Parque Ecológico de Rio Verde, se observa que a própria APP⁴ serve como uma barreira entre o parque e as áreas mais desvalorizadas. Apesar da distância dos bairros

² Área de Proteção Permanente

³ Uma das quadras estava impossibilitada de uso em 2018, por vários meses.

⁴ Área de Proteção Permanente

populares ser pequena, seus moradores precisam percorrer um caminho mais longo e menos seguro para ter acesso ao parque, o que dificultando sua utilização. Nesse percurso, faltam calçadas em áreas contíguas ao parque e em lotes baldios, havendo proximidade a uma avenida movimentada, que prioriza a passagem de veículos em detrimento dos pedestres, e inadequação das pontes para pedestres que cortam os córregos do parque, que não possuem nenhum tipo de proteção.

Logo, do ponto de vista da produção do espaço urbano, o Parque Ecológico de Rio Verde, deve ser compreendido no âmbito do processo de fragmentação socioespacial, uma vez que evidencia o não reconhecimento do direito de todos os cidadãos à cidade e a esse espaço público.

Segundo Caldeira (2000), está em curso o abandono de valores vinculados ao espaço público, próprios da cidade moderna, de modo que na prática deixa de existir a concepção de um espaço público aberto, igualitário e projetado para todos. Isso expressa e estimula a separação e o estabelecimento de distâncias intransponíveis entre grupos sociais, com decorrente valorização convivência apenas com seus iguais.

Retomando a definição de espaço público e lembrando que a presença de pessoas é um aspecto fundamental, por ser o lugar em que diferentes cidadãos interagem, se relacionam e se conectam, onde se produzem novas identidades e se celebra a experiência da vida urbana (Souza, 2018, p. 197), é contraditório verificar que o lazer e o consumo se tornaram as características principais dos espaços públicos atuais, feitos para atrair a classe média e a elite (Serpa, 2017, p. 21).

Não está isento desses processos o Parque Ecológico de Rio Verde, de modo que, a descontinuidade na valorização do seu entorno combina-se ao processo de segregação socioespacial que já estava presente na cidade, havendo convergência na atuação dos agentes públicos, via políticas públicas, e agentes privados, através do mercado imobiliário. Logo, bairros de classe média e classe média alta vão se valorizando cada vez mais, enquanto bairros de classe baixa são esquecidos e pouco conectados aos demais espaços urbanos.

Porém, a segregação socioespacial tão aparente nos bairros da cidade, amplia-se quando incorpora às dinâmicas presentes no espaço público, dinâmicas que deveriam exemplificar a capacidade de integração da população. Logo, verifica-se no Parque Ecológico de Rio Verde, a diferença qualitativa de um espaço em detrimento de outro, a diferença em relação aos frequentadores, a acessibilidade ao local, investimentos e reformas em espaços específicos, a ascensão do comércio no entorno e no próprio espaço público. O que se identifica assim é o processo de fragmentação socioespacial, que é mais amplo e complexo.

Ao compararmos as porções leste e oeste (internas) do Parque Ecológico de Rio Verde, separadas por um curso d'água, identificamos evidências de que a presença de duas realidades socioespacialmente diferentes (externas) em seus lados opostos influenciam na produção de uma territorialização interna ao parque, havendo, portanto, intensa relação entre o interior e o exterior do mesmo. Nesse sentido, a proximidade da porção leste do parque

com bairros populares, tem consequências aparentes na qualidade do espaço, que adquiriu um certo estigma, verificando-se que muitos frequentadores costumam evita-la.

Verifica-se um processo de “territorialização do espaço”, semelhante ao identificado por Serpa (2007, p.36) em parques de Salvador e Paris, de modo que os próprios frequentadores constroem barreiras internas simbólicas e invisíveis. O espaço público deixa de ser partilhado e passa a ser dividido em diferentes grupos, limitando a troca entre eles, como seria de se esperar em um espaço público ideal. Trata-se de uma nova expressão da privatização, cada vez mais presente nas cidades brasileiras?

4. CONCLUSÃO

Podemos observar que a segregação socioespacial presente na cidade, vem experimentado uma transição para o processo de fragmentação socioespacial, especialmente evidente nos bairros de classe média alta, o que afeta as dinâmicas espaciais internas ao parque e suas relações com a cidade e Rio Verde. Além disso, a presença da valorização imobiliária no entorno do Parque Ecológico de Rio Verde, também deve ser levada em conta, quando se busca compreender a produção do espaço urbano nessa cidade.

Conforme demonstramos ao longo do texto, há relação entre essa segmentação externa e a territorialização presente no interior do parque, caracterizando um espaço público fragmentado, em que diferentes áreas possuem públicos específicos, de classes sociais diferentes e onde nem todos são bem-vindos. Um espaço que deveria refletir os princípios públicos fundamentais, passa a reproduzir desigualdades socioeconômicas, pelo não reconhecimento do direito de todos os cidadãos a usufruir do seu espaço, e assim enfraquecendo as relações entre seus frequentadores (Sposito e Góes, 2013).

Verifica-se que existe uma disputa pelo espaço público, em que a classe média e alta impõe seus interesses às classes populares, definindo quais áreas do parque são aceitáveis de se frequentar e por quem. Essa separação ocorre de forma velada, não só pela dificuldade de acesso a determinadas áreas do parque, demonstrada pelo descaso do poder público, mas por um processo de fragmentação socioespacial que aos poucos se consolida no espaço e é impulsionado pela multiplicação dos estabelecimentos comerciais, que tendem a mercantilizar o lazer e também o próprio espaço público (Serpa, 2007).

Como o Parque Ecológico de Rio Verde é um espaço público relativamente novo (inaugurado em 2011), que ainda experimenta transformações e mudanças no seu espaço e no seu entorno, com uma valorização econômica cada vez maior ao longo dos anos, cabe continuar acompanhando os processos desencadeados, com especial atenção às relações entre o parque e a cidade.

5. REFERÊNCIAS

Brandão, P. (2011) **O sentido da cidade**. Lisboa: Ed. Horizonte.

Caldeira, Teresa P. (2000) **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo. Ed. 34/ Edusp.

Cymbalista, R. (2016) Lendo e compartilhando Jane Jacobs. **Revista políticas públicas e cidades**, São Paulo, v. 4, (n. 2), p.170-209, ago. /dez. 2016.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideologia**. Madri: Catarata, 2011.

Dimenstein, M.; Scocuglia, Jovanka B. C. (2014). **Em busca de novos caminhos metodológicos**: Percepção e experiência nos espaços públicos urbanos contemporâneos por idosos na cidade de João Pessoa. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Gehl, J. (2013) **Cidade para pessoas**. São Paulo: Ed. Perspectiva.

Innerarity, D. (2010) **O novo espaço público**. Portugal: Ed. Teorema.

Jacobs, J. (2001) **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

Macedo, F. C. de (2013) Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. **Soc. e Nat.** Uberlândia, 25 (1): 35-50, Jan-abr.

Rangel, N. F. de A. (2015) O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. **Cadernos NAUI**, vol. 4, (n. 7), jul-dez.

Santos, M. (1994). **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Ed. Hucitec.

Sennet, R. (1998) **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Cia das Letras.

Serpa, A. (2007) **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Ed. Contexto.

Souza, A. F. de. (2018). Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma revisão. **Revista Geografares**, Vitória, (n. 26), p. 182-213, jul./set.

Sposito, M.E.B. e Góes, E.M. (2013) **Espaços fechados e cidades**. São Paulo: Ed. Unesp.